

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS
DA UNIÃO – AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

DESPACHO
Em 24/04/2012
Porto a sustentação
oral.
João Augusto Ribeiro Nardes
Presidente



Ref. Proc. TC – 020.588/2004-7
Acórdão nº. 2440/2010
Órgão Julgador: Plenário
Tomadas de Contas Especial
Convênio 49978-80/1997-MPO/CEF/CAEMA

Recebido na SECEX/MT

01 de 19 de 2011
J. Alves

ELISEU BARROSO DE CARVALHO MOURA, já devidamente qualificada nos autos do processo acima em epígrafe, por intermédio de seus advogados *in fine* assinados (documento de procuração em anexo - doc.01), inconformado com a decisão que a condenou em débito no montante total dos recursos repassados por meio do citado Convênio e multa, vem, à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, interpor:

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO (com efeito suspensivo)

com fundamento no artigo 285 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União - TCU, c/c com os artigos 31 e 32, I, parágrafo único, da Lei 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

I. DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

O recurso de reconsideração é perfeitamente admitido por esta Colenda Corte de Contas, desde que atenda as exigências contidas nos artigos 31, 32, inciso I, 33, da Lei Orgânica do TCU c/c o artigo 285 do Regimento interno do TCU, senão vejamos:

Art. 31. Em todas as etapas do processo de julgamento de contas será assegurado ao responsável ou interessado ampla defesa.
Art. 32. De decisão proferida em processo de tomada ou prestação de contas cabem recursos de:
I - reconsideração;
(...) omissis

Av. Colares de Moreira, Qd 28, lote 07,
Edifício Centro Empresarial Vinícius de Moraes,
3º andar, sala 305 • Caiçara • São Luís (MA) • CEP: 65075-440
(98) 3235.3779

Rua Áurea Frelre, nº 1443 • Jóquei
Teresina (PI) • CEP: 64049-160
(86) 3122.7777 / (86) 9982.1326 / (86) 9982.1297

www.campelocampelo.com.br

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 48176136.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 49975584.

2017-2018
13
2017-2018

2017-2018

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DA
UNIÃO – AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

DESPACHO

Em 24/04/2013

Autorizo a SUSPENSÃO

Or. 01.



João Augusto Ribeiro Nardes
Presidente

Ref. Proc. TC – 020.588/2004-7

Acórdão nº. 2440/2010

Órgão Julgador: Plenário

Tomadas de Contas Especial

Contrato de Repasse nº. 49978-80/1997 MPO/CAIXA/CAEMA

Recebido na SECEX/MA

24/04/2013
C. Torres

FRANCISCO DE ASSIS SOUSA, ex-membro da comissão de licitação do Município de Pirapemas – MA, já devidamente qualificado nos autos do processo acima em epígrafe, por conduto de seus advogados abaixo assinados (documento de procuração em anexo-doc.01), inconformado com a decisão que o condenou em débito no montante total dos recursos repassados por meio do citado Convênio, mais multa, e inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, vem, à presença de Vossa Excelência, com a usual deferência, interpor:

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
(com efeito suspensivo)

com fundamento no art. 285 do Regimento Interno do TCU, c/c com os arts. 31 e 32, I, parágrafo único, da Lei 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

I. DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

O recurso de reconsideração é perfeitamente admitido por esta Colenda Corte de Contas, desde que atenda as exigências contidas nos arts. 31, 32, Inciso I, 33, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, senão vejamos:

Art. 31. Em todas as etapas do processo de julgamento de contas será assegurado ao responsável ou interessado ampla defesa.

Art. 32. De decisão proferida em processo de tomada ou prestação de contas cabem recursos de:

I - reconsideração;

(...) omissis

Av. Colares de Moreira, Qd 28, loté 07,
Edifício Centro Empresarial Vinícius de Moraes,
3º andar, sala 305 • Calhau • São Luís (MA) • CEP: 65075-440
(98) 3235.3779

Rua Áurea Fretre, nº 1443 • Jóquei
Teresina (PI) • CEP: 64049-160
(86) 3122.7777 / (86) 9982.1326 / (86) 9982.1297

www.campelocampelo.com.br

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 47590688.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 49975584.

SECRET

1

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DA
UNIÃO – AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

DESPACHO

Em 24/04/2011

Autorizo a sustentação
oral.

João Augusto Ribeiro Nardes
Presidente



Réf. Proc. TC – 020.588/2004-7
Acórdão nº. 2440/2010
Órgão Julgador: Plenário
Tomadas de Contas Especial
Contrato de Repasse nº. 49978-80/1997 MPO/CAIXA/CAEMA

Recebido na SECEX/MA

24/04/2011
Silveira

JOÃO ARAÚJO DA SILVA FILHO, ex-presidente da comissão de licitação do Município de Pirapemas – MA, já devidamente qualificado nos autos do processo acima em epígrafe, por conduto de seus advogados abaixo assinados (documento de procuração em anexo-dôc.01), inconformado com a decisão que o condenou em débito no montante total dos recursos repassados por meio do citado Convênio, mais multa, e inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, vem, à presença de Vossa Excelência, com a usual deferência, interpor:

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
(com efeito suspensivo)

com fundamento no art. 285 do Regimento Interno do TCU, c/c com os arts. 31 e 32, I, parágrafo único, da Lei 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

I- DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

O recurso de reconsideração é perfeitamente admissível por esta Colegiada Corte de Contas, desde que atenda as exigências contidas nos arts. 31, 32, inciso I, 33, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, senão vejamos:

Art. 31. Em todas as etapas do processo de julgamento de contas será assegurado ao responsável ou interessado ampla defesa.

Art. 32. Da decisão proferida em processo de tomada ou prestação de contas cabem recursos de:

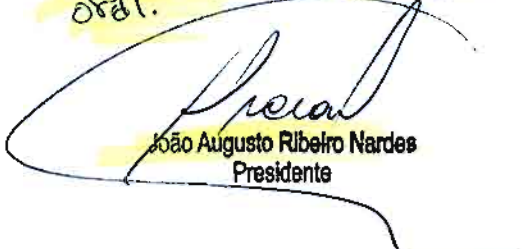
I - reconsideração;

(...) omissis.

1234567890
1234567890
1234567890

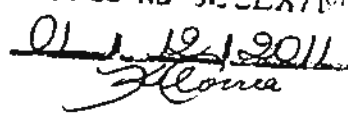
1234567890
1234567890

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS
DA UNIÃO – AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

DESPACHO
Em 24/04/2012
Autorizo a sustentação
oral.

João Augusto Ribeiro Nardes
Presidente



Ref. Proc. TC – 020.588/2004-7
Acórdão nº. 2440/2010
Órgão Julgador: Plenário
Tomadas de Contas Especial
Convênio 49978-80/97-MPO/CEF/CAEMA

Recebido na SECEX/TCU
01.12.2011


CONSTRUTORA VALE DO ITAPECURU LTDA., já devidamente qualificada nos autos do processo acima em epígrafe, por intermédio de seus advogados *in fine* assinados (documento de procuração em anexo - doc.01), inconformada com a decisão que a condenou em débito no montante total dos recursos repassados por meio do citado Convênio, multa e inidoneidade para licitar com a Administração Pública Federal, vem, à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, interpor:

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO
(com efeito suspensivo)

com fundamento no artigo 285 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União - TCU, c/c com os artigos 31 e 32, I, parágrafo único, da Lei 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

I. DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

O recurso de reconsideração é perfeitamente admitido por esta Colenda Corte de Contas, desde que atenda as exigências contidas nos artigos 31, 32, inciso I, 33, da Lei Orgânica do TCU c/c o artigo 285 do Regimento interno do TCU, senão vejamos:

Art. 31. Em todas as etapas do processo de julgamento de contas será assegurado ao responsável ou interessado ampla defesa.

